RESOLUÇÃO Nº 228/93-CAD

Aprova regulamento e organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Considerando o contido às fls. 165 a 188 do processo nº 961/81,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO APROVOU E EU, REITOR EM EXERCÍCIO, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o regulamento e o organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura-PEC, conforme anexo, que é parte integrante desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Cumpra-se.

Maringá, 24 de julho de 1993.

Luiz Antonio de Souza,
REITOR EM EXERCÍCIO.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º - A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC), órgão da Reitoria da Universidade Estadual de Maringá (UEM), tem por finalidade planejar, coordenar e controlar todas as atividades afetas à extensão e cultura, mantidas pela Universidade.

Parágrafo único - Para cumprir suas finalidades, deverá a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, entre outras coisas.

I - planejar, supervisionar e coordenar as atividades de extensão e de cultura da universidade;

II - executar a política extensionista e cultural da universidade;

III - assessorar o reitor e os órgãos deliberativos da administração superior da Universidade Estadual de Maringá em assuntos relacionados com extensão e cultura;

IV - fazer cumprir e acompanhar as decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do reitor em sua área de atuação;

V - gerenciar, em articulação com outros órgãos da universidade, junto às instituições financeiras, órgãos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, visando captar recursos para o desenvolvimento de planos, programas e projetos;

VI - promover e manter intercâmbio com instituições e entidades, públicas e privadas, estimulando o desenvolvimento conjunto de projetos de extensão e cultura;

VII - incentivar o desenvolvimento de atividades extensionistas multidisciplinares e inter-departamentais em todas as suas formas;

VIII - organizar a infra-estrutura de apoio para o desenvolvimento da extensão e da cultura na Universidade;

IX - promover cursos abertos ao público, com periodicidade definida, visando à divulgação científica, cultural e artística.

Art. 2º - A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura reger-se-á pelo Estatuto, pelo Regimento Geral, pelo Regulamento da Reitoria, pelas disposições deste regulamento e por outras normas e determinações superiores.

Art. 3º - A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura será, administrada por um pró-reitor, nomeado pelo reitor de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º - Ao pró-reitor de Extensão e Cultura compete:

I - administrar e representar a pró-reitoria;

II - superintender, coordenar e orientar todas as atividades e órgãos da pró-reitoria;

III - gerir a aplicação dos recursos destinados às atividades da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;

.IV - emitir parecer sobre assuntos de sua competência;

V - delegar competências, desde que não contrarie os dispositivos legais;

VI - elaborar a programação das atividades de seu órgão;

VII - autorizar a expedição de certificados, diplomas e declarações afetas à sua área de abrangência;

VIII - designar comissões e comitês permanentes e/ou temporários para assuntos específicos;

IX - expedir normas, instruções, portarias e demais atos de natureza regulamentar, destinados a assegurar a normalidade e o melhor desempenho das atividades no âmbito da extensão e da cultura;

X - convocar e presidir reuniões do Fórum de Política de Extensão e Cultura;

XI - encaminhar à reitoria, relatório de atividades desenvolvidas pela pró-reitoria.;

XII - cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;

XIII - executar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Art. 5º Para a consecução de suas finalidades, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura constituir-se-á dos seguintes órgãos:

I – Fórum de Política de Extensão e Cultura;

II – Diretoria de Extensão;

III - Diretoria de Cultura:

a) Conselho Cultural;

b) Divisão de Artes Musicais;

c) Divisão de Artes Plásticas e Cênicas;

d) Coral Universitário;

e) Museu da Região do Paraná.

IV – Instituto de Línguas;

V – Núcleo de Psicologia Aplicada;

- VI – Instituto de Estudos Japoneses;
- VII - Coordenadoria de Serviços e Desenvolvimento Regional;
- VIII - Núcleo de Recursos Audiovisuais;
- IX – Coordenadoria de Apoio ao Ensino de 1º e 2º Graus, Educação Especial e Pré-Escolar;
- X – Secretaria.

SEÇÃO I DO FÓRUM DE POLÍTICA DE EXTENSÃO E CULTURA

Art. 6º - A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura mantém um Fórum de Política de Extensão e Cultura, com a seguinte composição:

- I - o pró-reitor de Extensão e Cultura;
- II – o diretor de Extensão;
- III - o diretor de Cultura;
- IV - um representante de cada Centro, indicado pelo Diretor de Centro e nomeado pelo Reitor;
- V - um representante dos servidores técnico-administrativos, indicado pela AFUEM e nomeado pelo Reitor;
- VI - um representante discente indicado pelo DCE e nomeado pelo Reitor.

Parágrafo único – O Fórum de que trata este artigo, reunir-se-á por convocação do pró-reitor de Extensão e Cultura que o preside e, no mínimo, uma vez por semestre letivo.

Art. 7º Ao Fórum de Política de Extensão e Cultura compete:

- I - discutir, avaliar e propor as políticas de extensão e cultura na universidade;
- II - discutir, avaliar e sugerir formas de atuação da PEC, visando ao aperfeiçoamento do órgão.

SEÇÃO II DA DIRETORIA DE EXTENSÃO

Art. 8º - A Diretoria de Extensão será administrada por um diretor, nomeado pelo reitor de acordo com as normas vigentes.

Art.9º À Diretoria de Extensão compete:

- I - desanviar atividades de apoio efetivo à organização e acompanhar os projetos de cursos, eventos e de extensão universitária, propostos por discentes ou docentes;
- II - orientar quanto ao procedimento a elaboração de projetos de extensão universitária, cursos e eventos;
- III - apoiar a elaboração do orçamento dos referidos projetos;
- IV - providenciar o encaminhamento dos projetos a órgãos financiadores;
- V - proporcionar ao coordenador do projeto infra-estrutura necessária à montagem de seu projeto;
- VI - organizar e acompanhar a realização de cursos e eventos de extensão, em conjunto com a coordenação destes.

Art. 10 - Ao diretor de Extensão compete:

- I - administrar e representar a sua diretoria;
- II - supervisionar, coordenar e orientar, técnica e administrativamente, todas as atividades e órgãos da diretoria;
- III - despachar com o pró-reitor de Extensão e Cultura os assuntos referentes à sua área de competência;
- IV - assessorar o pró-reitor nos assuntos de sua competência;
- V - emitir parecer, quando solicitado, sobre assuntos de sua competência;
- VI - elaborar e encaminhar aos órgãos competentes a programação anual de atividades;
- VII - elaborar o relatório de atividades desenvolvidas pela diretoria;
- VIII - requisitar os recursos necessários ao bom desempenho das atividades do órgão;
- IX - delegar competências, desde que não contrarie dispositivos legais;
- X - articular junto às instituições competentes e/ou órgãos externos, possibilidades de obtenção de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades extensionistas;
- XI - propor abertura de concurso de pessoal docente e técnico-administrativo;
- XII - propor a contratação, desligamento e remanejamento de pessoal docente e técnico-administrativo;
- XIII - organizar e manter atualizado o acervo didático e científico da extensão;
- XIV - cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;
- XV - executar outras atividades correlatas.

SEÇÃO III DA DIRETORIA DE CULTURA

Art. 11 - A Diretoria de Cultura será administrada por um diretor, nomeado pelo reitor, de acordo com as normas vigentes.

Art. 12 - À Diretoria de Cultura compete:

- I - oferecer cursos nas áreas de artes musicais, cênicas e plásticas;
- II - promover eventos, comemorações, festividades e apresentações de natureza artístico-cultural para divulgação, incentivo das artes em geral, manutenção e ampliação dos seus objetivos;
- III - promover intercâmbio com instituições de ensino de 1º, 2º e 3º graus, embaixadas e entidades culturais regionais, nacionais e estrangeiras;
- IV - apoiar a criação e desenvolvimento de grupos e conjuntos envolvidos em atividades artístico-culturais;
- V - colaborar com os demais órgãos da instituição na promoção de eventos culturais, cursos de extensão e de atualização e nas pesquisas de caráter artístico-cultural;
- VI - co-produzir e co-promover atividades artístico-culturais com órgãos/instituições afins;
- VII - exercer, no âmbito de sua atuação, outras atribuições não especificadas neste regulamento e que sejam decorrentes, explícita ou implicitamente, de disposições de legislação federal de ensino e de legislação

interna da universidade, bem como as que lhe sejam eventualmente designadas pela pró-reitoria.

Art. 13 - Ao Diretor de Cultura compete:

- I - administrar e representar a sua diretoria;
- II - supervisionar, coordenar e orientar, técnica e administrativamente, todas as atividades e órgãos da Diretoria;
- III - despachar com o pró-reitor de Extensão e Cultura os assuntos referentes à sua área de competência;
- IV - assessorar o pró-reitor nos assuntos de sua competência;
- V - emitir parecer, quando solicitado, sobre assuntos de sua competência;
- VI - elaborar e encaminhar aos órgãos competentes a programação anual de atividades;
- VII - elaborar o relatório das atividades desenvolvidas pela diretoria;
- VIII - requisitar os recursos necessários ao bom desempenho das atividades do órgão;
- IX - delegar competências, desde que não contrarie dispositivos legais;
- X - atribuir encargos docentes, práticos e técnico-administrativos;
- XI - propor os valores das taxas dos cursos e serviços prestados;
- XII - propor abertura de concurso de pessoal docente e técnico-administrativo;
- XIII - propor a contratação, desligamento e remanejamento de pessoal docente e técnico-administrativo;
- XIV - estabelecer contatos de cooperação artístico-cultural e educacional com embaixadas, consulados, outras instituições e grupos formais e informais;
- XV - cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento;
- XVI - exercer outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO I DO CONSELHO CULTURAL

Art. 14 - A Diretoria de Cultura manterá um Conselho Cultural de caráter consultivo, com a seguinte composição:

- I - o diretor de Cultura, que o preside;
- II - o chefe da Divisão de Artes Musicais;
- III - o chefe da Divisão de Artes Cênicas e Plásticas;
- IV - o coordenador do Museu da Bacia do Paraná;
- V - o coordenador do Coral Universitário;
- VI - 01 (um) representante dos funcionários da DCU.

Parágrafo único - O Conselho Cultural, reunir-se-á por convocação do diretor de Cultura no mínimo uma vez por mês, ou quando se fizer necessário, por convocação do presidente.

Art. 15 - Ao Conselho Cultural compete:

- I - Analisar e emitir parecer sobre:
 - a) alterações no Regulamento da Diretoria de Cultura;
 - b) proposta orçamentária anual;
 - c) projetos propostos por departamentos, ou outros órgãos da UEM que envolvam a Diretoria de Cultura, bem como seus relatórios;
 - d) projetos propostos pelos docentes lotados na DCU, assim como seus relatórios;

- e) alterações no quadro docente e técnico-administrativo;
- f) taxas dos cursos e serviços prestados;
- g) plano e relatório anual de atividades;
- h) atribuições e encargos docentes;
- i) calendário escolar;
- j) requerimento de isenção de contribuição escolar.

II - indicar as bancas e/ou comissões para concurso de professores e de técnico-administrativos;

III - propor medidas que visem à constante articulação da DCU com os departamentos, demais órgão da UEM e instituições afins.

SUBSEÇÃO II DAS DIVISÕES

Art. 16 - As Divisões serão dirigidas por Chefes de Divisão, escolhidos entre os servidores da DCU e nomeados pelo Reitor.

Art. 17 - À Divisão de Artes Musicais compete:

I - oferecer o Curso Técnico de Música (2º grau) - Formação Especial, bem como outros cursos livres na área da música;

II - estabelecer diretrizes gerais de planejamento e organização do curso técnico de música, em consonância com a Secretaria de Estado de Educação, bem como dos cursos livres;

III - coordenar a elaboração, aprovação e execução pelo corpo docente, da atribuição de encargos de ensino, horários de disponibilidade, utilização das instalações e equipamentos, regime dos cursos regulares e livres, número de vagas e turmas;

IV - estabelecer contatas com a comunidade universitária e a comunidade em geral, com a finalidade de promover atividades artístico-culturais;

V - verificar o controle da assiduidade dos servidores, justificando suas faltas, de conformidade com as normas vigentes da UEM;

VI - elaborar e apresentar à Diretoria de Cultura o relatório anual das atividades desenvolvidas;

VII - coordenar a elaboração e execução dos planos e programas de ensino dos cursos de música;

VIII - coordenar a elaboração e propor à Diretoria o regime didático dos cursos de música, ouvindo os professores da Divisão.

Art. 18 - À Divisão de Artes Cênicas e Plásticas compete:

I - oferecer cursos técnicos ou livres na área do teatro e da dança e das artes plásticas;

II - coordenar a elaboração e execução dos planos e programas de ensino dos cursos de teatro, dança e de artes plásticas;

III - elaborar e apresentar à Diretoria de Cultura o relatório anual das atividades desenvolvidas;

IV - coordenar a elaboração e propor à Diretoria o regime didático dos cursos de Artes Cênicas e Plásticas;

V - verificar o controle da assiduidade dos servidores, justificando suas faltas, de conformidade com as normas vigentes da UEM;

VI - estabelecer contatos com a comunidade universitária e a comunidade em geral, com a finalidade de promover atividades artístico-culturais;

VII - emitir edital de ocupação da Oficina de Teatro e providenciar sua publicação;

VIII - determinar o uso da Oficina de Teatro para outros grupos internos ou externos à UEM.

Art. 19 - Aos Chefes de Divisão compete:

I - administrar todas as atividades da Divisão procurando integrar-se às demais atividades desenvolvidas pela DCU;

II - solicitar ao diretor os recursos necessários ao bom desempenho das atividades do seu órgão;

III - participar de reuniões convocadas pela diretoria;

IV - participar ativamente do treinamento do pessoal envolvido no órgão;

V - compor a Conselho Cultural;

VI - convocar reuniões quando necessário;

VII - responder junto ao diretor pelas atividades sob sua responsabilidade;

VIII - desempenhar outras atividades vinculadas à divisão, determinadas pelo diretor da DCU;

IX - cumprir e fazer cumprir este regulamento.

SUBSEÇÃO III DO CORAL UNIVERSITÁRIO

Art. 20 - O Coral Universitário será dirigido por um coordenador, nomeado pelo reitor, de acordo com as normas vigentes.

Art. 21 - Ao Coral Universitário compete:

I - produzir música coral;

II - desenvolver a prática do canto coral;

III - divulgar o repertório coral, primeiramente na universidade e por extensão, à comunidade em geral;

IV - desenvolver, através do repertório, o entendimento estético-musical de seus membros;

V - executar obras do repertório tradicional e contemporâneo, assim como obras de autores brasileiros;

VI - incentivar a criação de obras corais, incluindo no seu repertório as que forem selecionadas;

VII - promover, principalmente, a apresentação de regentes e cantores brasileiros;

VIII - apoiar a pesquisa em canto coral e regência coral na universidade;

IX - atuar como centro de documentação das atividades artísticas desenvolvidas pelo Coral;

X - manter o material discográfico, bibliográfico e acervo de partituras, específicas sobre coral, seja este adquirido ou intercambiado com outras instituições congêneres, nacionais ou estrangeiras.

Art. 22 - Ao Coordenador do Coral Universitário compete:

I - coordenar as atividades do Coral;

II - responder junto ao diretor de Cultura pelas atividades do Coral;

III - selecionar integrantes para o Coral;

- IV - efetuar ensaios e arranjos musicais;
- V - programar e apresentar o Coral em ocasiões especiais (formaturas, missas e recitais) e em outras ocasiões;
- VI - apresentar, periodicamente, planos e relatórios de atividades do Coral,
- VII - outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO IV DO MUSEU DA BACIA DO PARANÁ

Art. 23 - O Museu da Bacia do Paraná será administrado por um coordenador, nomeado pelo reitor, conforme as normas vigentes.

Art. 24 - Ao Museu da Bacia do Paraná compete:

- I - desenvolver pesquisas científicas em ciências naturais e humanas na área da Bacia do Paraná;
- II - coletar, reunir, montar, classificar, conservar e expor objetos naturais e humanos, de acordo com técnicas específicas de tratamento de cada um;
- III - informar o educando, quer servindo como complemento do ensino formal, quer exercendo o papel de escola viva;
- IV - divulgar o Museu através dos conhecimentos oriundos do acervo estudado e exposto;
- V - atuar como centro de documentação das atividades científico-culturais desenvolvidas;
- VI - adquirir e intercambiar objetos de interesse do Museu;
- VII - manter coleções de objetos intercambiados ou adquiridos de outras instituições congêneres;
- VIII - colecionar materiais oriundos de outras regiões que não aquela de sua atuação específica;
- IX - lutar pela preservação do patrimônio nacional.

Art. 25 - Ao coordenador do Museu compete.

- I - coordenar os trabalhos do Museu;
- II - encaminhar a proposta orçamentária do Museu;
- III - prover tombamentos, respeitadas as disposições legais;
- IV - responder junto ao diretor de Cultura, pelas atividades do Museu;
- V - apresentar, periodicamente, plano e relatório de atividades do Museu;
- VI - sugerir medidas, visando ao aperfeiçoamento do pessoal do Museu;
- VII - outras atividades correlatas.

SEÇÃO IV DO INSTITUTO DE LÍNGUAS

Art. 26 - O Instituto de Línguas reger-se-á pelo seu Regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração (CAD).

SEÇÃO V DO NÚCLEO DE PSICOLOGIA APLICADA

Art. 27 - O Núcleo de Psicologia Aplicada será dirigido por um chefe, nomeado pelo reitor, conforme as normas vigentes.

Art. 28 - Ao Núcleo de Psicologia Aplicada compete realizar exames de sanidade física e mental e exames psicotécnicos em candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação e outras atividades correlatas.

Art. 29 - Complementarmente a esta competência, o Núcleo de Psicologia Aplicada poderá:

I - promover programas educacionais que contribuam para a segurança do trânsito;

II - executar atividades de apoio às organizações empresariais de Maringá e região, através da seleção de pessoal e de outras técnicas específicas da área de Psicologia organizacional;

III - apoiar os estudantes de 2º grau, orientando-os na escolha vocacional;

IV - servir de apoio à população adulta, orientando-os na escolha da carreira profissional;

V - proporcionar espaço técnico à acadêmicos, favorecendo aprimoramento do saber teórico-prático;

VI - servir de apoio a projetos de pesquisa para padronização de testes psicológicos;

VII - promover cursos de técnicas e testes psicológicos a serem oferecidos à comunidade em geral;

VIII - proporcionar assessoria técnica a profissionais da área.

Art. 30 - Ao Chefe do Núcleo de Psicologia Aplicada compete:

I - planejar e administrar as atividades do Núcleo;

II - orientar e supervisionar técnica e administrativamente a execução das atividades programadas;

III - zelar pela qualidade e lisura dos trabalhos desenvolvidos;

IV - gerir a aplicação dos recursos financeiros destinados ao órgão;

V - planejar as atividades que serão desenvolvidas no estágio curricular;

VI - treinar, orientar e supervisionar os estagiários na execução das tarefas;

VII - normatizar procedimentos e condutas no que se refere ao processo de atendimento;

VIII - emitir parecer sobre assuntos de sua competência;

IX - proceder à análise dos convênios, emitindo sugestões;

X - manter contato com as entidades conveniadas no que se refere a aspectos técnicos e administrativos da prestação de serviços;

XI - requisitar recursos necessários ao desenvolvimento das atividades;

XII - elaborar relatórios de atividades, encaminhando-os a órgãos da instituição e ao Detran;

XIII - prestar atendimento ao público, em casos específicos;

XIV - outras atividades correlatas.

SEÇÃO VI DO INSTITUTO DE ESTUDOS JAPONESES

Art. 31 - O Instituto de Estudos Japoneses será dirigido por um coordenador, nomeado pelo reitor, conforme as normas vigentes.

Art. 32 - Ao Instituto de Estudos Japoneses compete:

I - manter um banco de dados sobre centros de treinamento, documentação e informação científica sobre o Japão, universidades e materiais bibliográficos existentes;

II - constituir e manter um acervo bibliográfico especializado, sobre o Japão;

III - incrementar o intercâmbio de pesquisadores, peritos e técnicos entre o Brasil e o Japão;

IV - manter intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e estrangeiras;

V - articular-se com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e com a Embaixada e Consulados Japoneses no Brasil;

VI - propiciar treinamento às pessoas que irão ao Japão, sobre a língua e a cultura japonesas, a cultura brasileira, bem como informações de natureza estatística;

VII - oferecer cursos de língua e cultura japonesas, em especial à comunidade universitária;

VIII - auxiliar a orientação voltada à adaptação de japoneses que chegam ao Brasil;

IX - difundir a cultura japonesa.

Art. 33 - Ao coordenador do Instituto de Estudos Japoneses compete:

I - coordenar os trabalhos do Instituto de Estudos Japoneses;

II - encaminhar proposta orçamentária do Instituto de Estudos Japoneses;

III - responder junto ao pró-reitor de Extensão e Cultura pelas atividades do Instituto de Estudos Japoneses;

IV - apresentar, periodicamente, relatórios de atividades do Instituto de Estudos Japoneses;

V - participar da comissão coordenadora do festival nipo-brasileiro;

VI - outras atividades correlatas.

SEÇÃO VII

DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Art. 34 - A Coordenadoria de Serviços e Desenvolvimento Regional, será dirigida por um Coordenador, nomeado pelo Reitor, conforme as normas vigentes.

Art. 35 - À Coordenadoria de Serviços e Desenvolvimento Regional compete:

I - supervisionar e articular as atividades de prestação de serviços e desenvolvimento regional;

II - coordenar as atividades de prestação de serviços propostas pelos órgãos da instituição bem como o desenvolvimento regional;

III - promover estudos e ações voltadas ao desenvolvimento da região de influência da UEM, com a participação das instituições de ensino superior, dos municípios, dos órgãos do governo, de empresas e das diversas representações da sociedade;

IV - dar apoio logístico, orientação técnica, estágios curriculares e extra-curriculares, quando solicitados pelos respectivos departamentos;

V - integrar-se com os departamentos, conforme a natureza específica do trabalho;

VI - contribuir para o surgimento e/ou consolidação de iniciativas da sociedade em prol do desenvolvimento regional;

VI - coordenar a estruturação e funcionamento dos Núcleos de Desenvolvimento Regional;

VIII - estimular o intercâmbio universidade - comunidade regional;

IX - promover a divulgação dos projetos executados sob sua supervisão.

Art. 36 - Ao coordenador de Serviços e Desenvolvimento Regional compete:

I - coordenar as trabalhos da coordenadoria;

II - encaminhar propostas orçamentárias da coordenadoria;

III - responder junto ao pró-reitor de Extensão e Cultura pelas atividades da coordenadoria.

IV - apresentar periodicamente, relatório de atividades da coordenadoria.

SEÇÃO VIII DO NÚCLEO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS

Art. 37 - O Núcleo de Recursos Audiovisuais será dirigido por responsável, nomeado pelo reitor, conforme as normas vigentes.

Art. 38 - Ao Núcleo de Recursos Audiovisuais compete:

I - confecção de slides e transparências;

II - produção, revelação e ampliação de fotografias;

III - reprodução de slides, de livros e revistas;

IV - revelação de filmes para pesquisa;

V - orientação fotográfica para professores na montagem de teses;

VI - orientação sobre audiovisual, para alunos concluintes de curso de licenciatura;

VII - filmagem em videocassete de aulas, simpósios, pesquisas;

VIII - produção de documentários da instituição;

IX - reprodução de fitas de vídeo para alunos, professores e comunidade em geral;

X - gravações de programas de televisão voltadas para o ensino e a pesquisa;

XI - edição de fita de videocassete.

SEÇÃO IX DA COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E PRÉ-ESCOLAR

Art. 39 - A Coordenadoria de Apoio ao Ensino de 1º e 2º Graus, Educação Especial e Pré-Escolar reger-se-á pelo seu Regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração (CAD).

SEÇÃO X DA SECRETARIA

Art 40 - A secretaria será dirigida por um secretário, nomeado pelo reitor, conforme as normas vigentes.

Art. 41 - À secretaria compete:

I - prestar informações solicitadas, segundo as normas da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;

II - organizar, atualizar e manter os arquivos, catálogos e fichários indispensáveis ao bom desenvolvimento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;

III - organizar e controlar o acervo bibliográfico necessário ao desempenho das atividades da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura ou o material produzido por ela;

IV - administrar e controlar o material de uso administrativo da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e zelar pela conservação dos equipamentos e instalações;

V - executar outras atividades correlatas.

Art. 42 - Ao secretário compete:

I - planejar e organizar os serviços da secretaria;

II - prestar assistência e assessoramento à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura nas atividades de secretaria;

III - encarregar-se dos serviços de redação, datilografia e semelhantes;

IV - preparar, expedir e distribuir a correspondência interna e externa;

V - controlar a agenda de compromissos do pró-reitor de Extensão e Cultura;

VI - responsabilizar-se pelos serviços de recepção da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;

VII - secretariar as reuniões da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, redigindo relato sobre os assuntos tratados e decisões tomadas;

VIII - providenciar e manter atualizado o arquivo contendo a legislação e outras informações de interesse da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;

IX - receber toda correspondência, processos e outros documentos, acompanhando sua tramitação;

X - receber e controlar o material permanente e de consumo necessário ao funcionamento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;

XI - responsabilizar-se pelos trabalhos de secretaria do Curso Técnico de Música (2º grau) – Formação Especial;

XII - desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43 - Este regulamento poderá ser alterado no seu todo, ou em parte, pelo Conselho de Administração (CAD).

Art. 44 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo reitor.

Art. 45 - Incorpora o presente regulamento, o organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Art. 46 – Este Regulamento entrará em vigor na data da Resolução de aprovação pelo Conselho de Administração, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 120/91-CAD.